

JOURNAL OF  
**DEMOCRACY**  
EM PORTUGUÊS

*Volume 5, Número 5, Maio de 2016*

**O sequestro do “Soft Power”**

*Christopher Walker*

**A Evanescete Miragem do  
“Consenso Liberal”**

*James Dawson e Seán Hanley*

**O Liberalismo Sem Resultados**

*Ivan Krastev*

**O Compromisso dos Islamistas  
na Tunísia**

*Kasper Ly Netterstrøm*

**Como a Mídia Destruuiu as Transições**

*Marc Lynch*

**PLATAFORMA  
DEMOCRÁTICA**



FUNDAÇÃO IFHC | CENTRO EDELSTEIN

**CONSELHO EDITORIAL**

*Bernardo Sorj*

*Sergio Fausto*

*Diego Abente Brun*

*Mirian Kornblith*

**CONSELHO ASSESSOR**

*Fernando Henrique Cardoso*

*Larry Diamond*

*Marc F. Plattner*

*Simon Schwartzman*

**TRADUÇÃO**

*Maria Cecília Porto*

**REVISÃO TÉCNICA**

*Isadora Carvalho*

## Apresentação

Este número do *Journal of Democracy* em Português reúne artigos que, em sua maioria, fazem uma revisão crítica das esperanças democráticas suscitadas pelo fim da União Soviética e do socialismo real no leste da Europa e, mais recentemente, pela chamada Primavera Árabe. A questão comum que os perpassa é por que aquelas esperanças se viram em boa medida frustradas, muito especialmente nos países árabes.

Em “O Sequestro do Soft Power”, Christopher Walker chama a atenção do leitor para um fenômeno sem precedente: a utilização, por regimes autoritários ou semi-autoritários, de estratégias e ferramentas de atuação internacional normalmente associadas ao exercício do soft power por países democráticos. Com o foco sobre a China e a Rússia, o autor ressalta o empenho crescente de regimes não democráticos em influenciar a opinião pública mundial por meio da criação de canais internacionais de televisão e organizações supostamente não governamentais que, sob a aparência de certa neutralidade e profissionalismo, atuam sob o comando dos respectivos governos. Walker argumenta que assistimos não apenas a uma interrupção da onda democrática que se verificou no mundo depois da queda do Muro de Berlim e do fim da União Soviética. Testemunhamos, isto sim, a ofensiva de regimes não democráticos que ingressaram com novos e mais inteligentes meios na batalha por corações e mentes na esfera da opinião pública global.

Seguem-se dois artigos em que os autores polemizam entre si a respeito da extensão, profundidade e razões do crescimento de movimentos e partidos antidemocráticos, quando não xenófobos e racistas, nos países da antiga Europa oriental, em alguns casos resultando na formação de governos no mínimo ambivalentes em relação a valores básicos da democracia. Em “O Evanescente Consenso Liberal”, James Dawson e Seán Hanley, responsabilizam as elites econômicas locais

e da União Europeia (EU) pelo ressurgimento de tendências antidemocráticas historicamente presentes naqueles países. Para os autores, esse ressurgimento é o preço que agora se paga por uma agenda de políticas que acenou com os benefícios da economia de mercado em detrimento da ênfase nos valores da democracia.

Ivan Krastev, em seu “Liberalismo sem Resultado”, acolhe parte do argumento de Dawson e Hanley. Reconhece que, mesmo na Polônia, onde maior foi o sucesso econômico da integração à EU, recentemente foi eleito um governo com inclinações não democráticas. Krastev, porém, vê os casos dos países do leste da Europa como parte do fenômeno mais amplo de crise da democracia em todo o continente europeu. Sustenta que as causas do problema estão na crise econômica (e na crise imigratória). Contrastando com o pessimismo de Dawson e Hanley, ele relembra o período entre o final dos anos 1960 e 1970, quando, no coração da Europa Ocidental, em particular na Itália, em meio à radicalização política, emergiram organizações terroristas e a democracia liberal parecia estar sob ameaça fatal. Para Krastev, as instituições da democracia-liberal superarão mais esta crise, mesmo que parte dos atores políticos, como na Europa de então, se choquem contra elas.

O artigo de Kasper Ly Netterston sobre a Tunísia é, por assim dizer, o mais alentador deste número. Nele a pergunta não é sobre o que deu errado, mas sim sobre por que deu certo a transição para a democracia num país de maioria islâmica. O autor destaca a mudança ocorrida no interior do partido islâmico Ennahda, que conseguiu encontrar espaços específicos para a religião e a política, deixando para trás o islamismo utópico que marcou sua fundação. A atuação do Ennahada passou a obedecer a cálculos políticos similares aos de qualquer partido conservador submetido às regras de um Estado democrático. Netterston chega a compará-lo ao Partido Republicano, nos Estados Unidos, no qual é cada vez maior o peso do conservadorismo evangélico. Os líderes do Ennahada teriam, segundo o autor, compreendido a impossibilidade

de fundir religião e política num país diverso e mais ocidentalizado do que os demais países árabes. Isso não significa que tenham desistido de difundir valores islâmicos na sociedade tunisiana e influenciar as decisões políticas com base nesses valores. É cedo, portanto, acrescentarmos, para tirar conclusões definitivas sobre o caso da Tunísia, o que não o torna menos interessante, antes o contrário.

Este número termina com o artigo em que Marc Lynch avalia o papel da mídia árabe nas revoluções e revoltas que varreram parte importante do Norte da África e do Oriente Médio entre 2011 e 2012. Para o autor, a mídia contribuiu para o insucesso da Primavera Árabe. De um lado, na ausência de real liberdade de imprensa, a mídia convencional logo se tornou instrumento de disputa entre interesses políticos e geopolíticos, inclusive a Al Jazeera. De outro, com a difusão da Internet e dos *smart phones*, a “rua árabe” passou a se comunicar por meio das mídias sociais, as quais tendem separar a opinião pública em nichos de adeptos da mesma causa ou ponto de vista. A combinação desses dois fenômenos teria resultado no aumento da polarização e do medo sobre os desdobramentos do processo político, contribuindo para que ele degenerasse em lutas sectárias.

Boa leitura.

**Bernardo Sorj e Sergio Fausto**

*Diretores de Plataforma Democrática*



# O Liberalismo Sem Resultados\*

*Ivan Krastev*

*Ivan Krastev é o presidente do “Centre for Liberal Strategies” em Sofia e membro permanente do “Institute for Human Sciences” em Viena. É membro fundador da diretoria do “European Council on Foreign Relations” e editor-associado do “Europe’s World”, e também colaborador assíduo do New York Times, Financial Times, Foreign Affairs, e numerosas outras publicações. Seu livro mais recente é “Democracy Disrupted: The Politics of Global Protest” (2014).*

O ponderado artigo de James Dawson e Seán Hanley é uma grande contribuição ao estudo do “backsliding”\*. De acordo com a Wikipédia, “backsliding” é “um termo usado no Cristianismo para descrever um processo pelo qual um indivíduo que se converteu ao Cristianismo volta aos seus hábitos anteriores à conversão e/ou erra ou cai em pecado”. Cair no não liberalismo é o pecado comum de muitas democracias recém-estabelecidas na Europa Central e do Leste (ECL).

---

\* O termo “backsliding” em inglês foi mantido apenas neste primeiro parágrafo, mas é traduzido no restante do texto como “retrocesso”. Quanto ao sentido cristão (protestante) mencionado pelo autor, pode-se notar uma semelhança com o conceito de “apostasia”, embora os verbetes “backsliding” e “apostasy”, na Wikipédia (fonte usada pelo autor) não sejam iguais. (NdaT)

\*Publicado originalmente como “Liberalism’s failure to deliver”, *Journal of Democracy*, Volume 27, Número 1, Janeiro de 2016 © 2016 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

Refletindo sobre as ideias de meu artigo de outubro de 2007, “A Europa Central e do Leste está retrocedendo? A estranha morte do consenso liberal”, Dawson e Hanley insistem que a reviravolta não liberal na região é um “efeito colateral dos processos de reforma na Europa Central e do Leste, sob a supervisão da UE, dirigidos por incentivos e com foco nas elites”, e que por causa disto, “os cidadãos não são expostos à lógica filosófica das instituições liberal-democráticas”. Na visão dos autores, foi uma ilusão achar que a região tivesse alcançado consolidação democrática, e que o processo atual de regressão estivesse profundamente enraizado na ausência de uma política democrática baseada em valores. Para eles, não é o radicalismo dos populistas, mas sim o oportunismo das elites liberais o culpado pela erosão da democracia liberal na região. O que torna a análise destes autores particularmente valiosa é o fato de que não focalizam apenas a Hungria de Viktor Orbán, mas a região como um todo.

Os mais recentes acontecimentos na Europa Central e do Leste confirmam alguns dos argumentos mais importantes do artigo de Dawson e Hanley. A Polônia, o grande exemplo de sucesso da Europa Central e do Leste e o melhor desempenho de crescimento econômico entre os países da OECD\*\* dos últimos oito anos, elegeu recentemente um governo não liberal. A reação hostil de governos da Europa Central ao apelo da chanceler alemã Angela Merkel para que mostrassem solidariedade aos refugiados sírios também poderia ser facilmente interpretada como mais um exemplo da falta de vontade das elites da ECL de defender posições liberais quando confrontadas com a reação negativa do público.

Todos estes acontecimentos requerem que se olhe muito mais de perto para a relação entre os processos de consolidação democrática

---

\*\* Organisation for Economic Co-operation and Development. (NdaT)

e a integração à UE. Será que o acesso à UE foi tão benéfico para a construção de democracias liberais no mundo pós-comunista como a maior parte dos pesquisadores tende a achar?

Eu simpatizo com muitos dos argumentos apresentados por Dawson e Hanley. Como eles, eu geralmente acredito que o processo de integração à UE teve efeitos tanto positivos quanto negativos sobre o processo de consolidação democrática. E eu compartilho o receio dos autores de que a democracia na Europa Central e do Leste pode não “acabar com um estrondo”, mas sim “com um gemido”. Porém, eu tenho algumas incertezas quanto à interpretação deles do “retrocesso” da Europa Central e do Leste, e na verdade, com a própria noção de “retrocesso”<sup>\*\*\*</sup>. O que me deixa desconfortável é a sua concepção missionária de democracia e democratização, a tácita suposição de que uma democracia consolidada não pode retroceder, e que no coração da crise atual está o fracasso da pedagogia liberal.

Para mim, o que vemos na Europa Central e do Leste não é uma crise de democratização, mas uma genuína crise de democracia liberal, devido a grandes fracassos econômicos, à reação pública contra a globalização e a algumas das crenças centrais do cosmopolitismo liberal, e um declínio do papel da Europa e da União Europeia na política mundial. A crise na Europa Central e do Leste não é fundamentalmente diferente da crise da democracia liberal que vemos na Europa Ocidental e mesmo nos Estados Unidos. Por causa de suas instituições mais fracas e suas experiências democráticas muito mais curtas, os países da ECL são muito mais vulneráveis, mas no final das contas, é a mesma crise.

Enquanto lia o artigo de Dawson e Hanley, eu tentava imaginar como eles teriam julgado o estado da democracia liberal e suas perspectivas na Itália pós-fascista e na Alemanha pós-nazista se estivessem escrevendo, aproximadamente, entre 1969 e 1974. Durante aque-

---

<sup>\*\*\*</sup> O autor usa aqui o termo “backsliding”.

le período, as sociedades italiana e alemã estavam esfaceladas por grandes crises políticas e sociais. As gerações mais jovens estavam se rebelando contra o consenso do período pós-guerra. O antiame-ricanismo estava em crescimento e um radicalismo violento estava presente em ambos os países. Na Alemanha Ocidental, quase um terço da população expressava simpatia pelos objetivos de uma organização terrorista radical, a Facção do Exército Vermelho. Será que este foi um período de retrocesso ou de consolidação da democracia? Não foi o produto desta ruptura, que aos olhos de muitos era o presságio do fim da democracia na Europa, uma liberalização ainda mais ampla destas sociedades?

Dawson e Hanley têm minha total simpatia em sua crítica aos fúteis exercícios de classificadores de democracias, que passam a maior parte do tempo movendo os países entre várias categorias arbitrárias. Mas, para mim, falta à própria abordagem dos autores uma visão de longo-prazo da emergência e das crises das democracias liberais. Para Dawson e Hanley, o liberalismo não pode entrar em crise – qualquer crise só pode significar a ausência de liberalismo. Um liberal como Isaiah Berlin provavelmente discordaria deste ponto de vista. O liberalismo pressupõe escolhas trágicas. E hoje em dia, podemos ver claramente as contradições internas do liberalismo político. Abrir as fronteiras da UE a todos que queiram vir para o velho continente é uma resposta eficiente e progressista à atual crise migratória? Estão errados os cidadãos que acreditam que a culpa pela Grande Recessão pode ser em parte atribuída à ideologia de mercados livres e desimpedidos, e estados mínimos? Ao responder a estas questões, os liberais não podem contar apenas com recitar seus princípios.

O crescimento do não liberalismo na Europa Central e do Leste é menos o resultado de um fraco compromisso das elites aos valores da democracia liberal do que da falta de resultados do liberalismo. O discurso da crise é a língua materna da democracia.

Dawson e Hanley estão convencidos de que a democracia liberal não pode sobreviver sem a presença de fortes atores de mente liberal. Mas quão verdadeira é esta afirmação? Será que democracia liberal significa a aceitação de certas restrições liberais sobre a maioria democrática, ou significa uma sociedade dominada pelo que os autores chamam de “liberalismo progressista”? Os indianos insistem que a sua versão de secularismo é uma base para a interação entre diferentes comunidades religiosas, base esta que não assume a existência de pessoas basicamente não religiosas (eles acusam a *laïcité* ao estilo francês de ter transformado o secularismo em mais uma religião). De forma semelhante, não poderíamos pensar no constitucionalismo liberal como uma base que não assume necessariamente o papel hegemônico de atores liberais?

### **O Caso da Bulgária**

Quanto à afirmação dos autores de que a Bulgária é o exemplo paradigmático do retrocesso da democracia liberal, eu acho que eles erraram o alvo. O caso da Bulgária, na verdade, depõe contra o argumento deles.

Raramente a Bulgária tem estado no centro das atenções acadêmicas, no que se refere às reflexões sobre a transição democrática no mundo pós-comunista. O país é normalmente analisado como um caso atípico, em vez de arquetípico. O que torna a Bulgária um caso distinto, é seu crescimento econômico medíocre (seu PIB atual está na média do que esteve em 1989) e o fato de que quase 10 por cento da sua população deixou o país em décadas recentes. A Bulgária é um exemplo extremo de “democracia de voto de protesto”, um regime político marcado por alta volatilidade eleitoral na qual os governos nunca são reeleitos, mas políticas econômicas são raramente modificadas. Como

em um filme de animação, a Bulgária nos últimos 25 anos foi governado pela esquerda (ex-comunistas), pela direita (anticomunistas), pelos de cima (o antigo rei Simeon II venceu as eleições de 2001 e tornou-se primeiro-ministro), e pelos de baixo (o antigo chefe de segurança do rei, o ex-bombeiro Boyko Borrisov, saiu do partido do rei, fundou o seu próprio, e ganhou as eleições de 2009, 2013 e 2014).

A Bulgária não só passou por muitas experiências de alternância de poder como também por duas vezes, no período pós-1991, seus cidadãos foram massivamente para as ruas exigindo melhor governança – primeiro em 1997, e de novo em 2013. O que é notável é que apesar do desempenho econômico medíocre do país e das grandes turbulências políticas, todas as suas crises políticas têm sido resolvidas dentro das normas da constituição e sem violência. Além disso, é importante não esquecer que as pessoas que se manifestavam em defesa de valores liberais, carregavam bandeiras da UE.

Dawson e Harley estão basicamente certos em seu duro julgamento do compromisso liberal das elites pró-reforma depois de 1997, mas parte de suas críticas passou ligeiramente do ponto. É verdade que a Constituição de 1991 da Bulgária tem uma cláusula que proíbe partidos fundados em base étnica ou religiosa, mas também é verdade que esta cláusula não tem impedido que os búlgaros de etnia turca sejam representados no parlamento, e que o Movimento por Direitos e Liberdades, o partido dos búlgaros turcos, tenha estado no governo por boa parte dos últimos 25 anos. É de se estranhar, então, que as forças pró-reforma não tenham colocado a emenda a esta cláusula no topo de sua agenda? O que mais chama a atenção quanto à Bulgária, não é o não liberalismo da corrente dominante liberal, mas como têm sido liberais as políticas adotadas pelos partidos populistas que assumiram o poder graças às revoltas eleitorais anti-establishment (o Movimento Nacional do rei Simeon II e o Cidadãos para o Desenvolvimento da Bulgária [GERB]), e como a sociedade tem estado pronta para sair às ruas em defesa de alguns valores liberais. Neste sentido, a UE tem

sido bem sucedida na socialização não só das elites, mas também da sociedade búlgara.

A Bulgária é uma democracia problemática. A confiança nas instituições é muito baixa. O estado de direito em muitos casos é apenas uma ficção. Pesquisas de opinião indicam que a vasta maioria do público considera a transição um fracasso total. Porém, seria um erro colocar a culpa da crise atual da democracia na falta de zelo liberal por parte das elites. É a incapacidade das políticas liberais de trazer resultados de prosperidade econômica e justiça social que está no coração da crise de legitimidade da democracia na Bulgária.



*Plataforma Democrática* ([www.plataformademocratica.org](http://www.plataformademocratica.org)) é uma iniciativa da Fundação IFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Conjuntamente com vinte e um centros de pesquisas associados, localizados em onze países da América Latina, realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

### **As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:**

#### *Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:*

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx>

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx>

#### *Meios de comunicação e Democracia:*

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion>

[http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder\\_politico\\_e\\_meios.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf)

#### *Sociedade civil e democracia:*

[http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos\\_abusos\\_e\\_desafios\\_da\\_sociedade\\_civil\\_na\\_America\\_Latina.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf)

#### *Biblioteca virtual:*

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>

#### *Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:*

<http://plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#RecursosPesquisa>